

Outro modo de fazer políti

Por Malu Delgado, Para o Valor, de São Paulo — Valor

15/12/2017 06h00 · Atualizado há um ano



Miguel Lago, cofundador do Meu Rio, movimento criado em 2011, e diretor do Nossas, que já conseguiu modificar 80 políticas públicas no Rio — Foto: Divulgação

O trânsito em João Pessoa (PB) anda insuportável e, por causa dos obstáculos à mobilidade urbana, o Bilhete Único na capital terá validade estendida por meia hora nas viagens, para que o usuário tenha mais tempo de fazer a integração entre diferentes meios de transporte, pagando um valor fixo. Em Belo Horizonte, o metrô funcionará até a meia-noite, beneficiando milhares de pessoas que trabalham ou estudam até tarde e precisam do transporte público para retornar às suas casas.

No fim de 2016, os vereadores do Rio tiveram a inusitada ideia de instituir um salário vitalício para si, mas em menos de 24 horas uma forte mobilização virtual - "Não vai ter mesada" - abortou o plano dos parlamentares, obrigados a engavetar o criativo projeto de lei. O Facebook entrou em polvorosa no mês passado, quando uma tal de Betânia enviou alertas frenéticos a uma legião de mulheres sobre a aprovação da proposta de emenda

autorizados por lei no Brasil, como em casos de estupro e anencefalia.

Betânia, conhecida por "Beta" nas redes e seguida por 20 mil pessoas, é um robô programado para viralizar campanhas feministas e alertar mulheres sobre projetos de lei que tramitam no Congresso e que podem afetar seus direitos. Com a ajuda de Beta, mulheres brasileiras organizaram marchas em inúmeras cidades contra a PEC 181, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), assegurou que não colocará o assunto em pauta da forma como está.

Todas essas ações só ocorreram graças a um fenômeno recente no Brasil que une o desejo dos cidadãos de interferirem nas políticas públicas e em decisões governamentais à possibilidade de organização coletiva em rede, facilitada pelas novas tecnologias digitais.

O projeto de lei que mudará as regras do Bilhete Único em João Pessoa foi formulado a partir de discussões na plataforma Mudamos e da Virada Legislativa, que escuta ideias da população e tenta convertê-las em projetos de lei constitucionais e factíveis.

A Prefeitura de Belo Horizonte havia vetado a extensão do funcionamento do metrô por uma hora, mas o movimento Muitas e a Gabinetona, experiência de mandato popular coletivo comandado por duas vereadoras, patrocinou um relatório pedindo a derrubada do veto. A forte reação popular não deu alternativa aos vereadores e à prefeitura. A aposentadoria eterna dos representantes da Câmara Municipal do Rio naufragou graças à mobilização comandada pela rede Nossas - em pleno funcionamento em dez grandes cidades brasileiras - e o movimento Meu Rio. A chatbot (robô de Facebook) Beta também é uma das frentes de trabalho do Nossas.

O colapso da representação formal na democracia e dos partidos políticos, algo transparente no Brasil em especial após 2013, fortalece organizações coletivas que buscam nova relação da sociedade com o Estado. O desejo latente de um novo fazer político parece germinar no Brasil, mas esbarra na ausência deste "novo olhar" nas estruturas formais e institucionais de poder. Não por acaso, muitos desses grupos já observam com atenção o que surgirá no processo eleitoral de 2018 e ensaiam estratégias inovadoras não só para interferir no resultado das urnas, mas também para ter nomes de seus representantes nas cédulas eletrônicas.

O imbróglio é que, com intuito de fazer algo diferente, esses grupos não se identificam com os modelos institucionais partidários vigentes, e o Brasil ainda não permite o lançamento de candidaturas independentes, sem filiação partidária, apadrinhadas por coletivos sociais. Ou seja, o novo ainda depende do velho (dos partidos políticos) para tentar fazer alguma diferença.



Áurea Carolina, Cida Falabella e Isabella Gonçalves, do Muitas pela Cidade que Queremos — Foto: Divulgação

"[Esses grupos] introduzem novos debates de forma mais consistente na esfera pública, mas até então não têm mostrado eficácia na transformação das suas identidades coletivas em cadeiras nos Legislativos. Vamos ver se conseguem ter mais eficácia nas próximas eleições", diz Helcimara Telles, professora da pós-graduação em ciência política da UFMG. Os obstáculos de representação para esses coletivos serão maiores a partir de 2020, observa a cientista política, quando estarão vetadas as coligações proporcionais. "Serão um coletivo dentro dos partidos ou serão parte de um partido?", indaga.

O Brasil e o mundo, em especial a Europa, padecem de "malaise démocratique", o mal-estar com a democracia, críticas e questionamentos sobre o sistema de representação popular, o que tem reproduzido, segundo a professora da UFMG, "a reorganização da sociedade que exige a volta do povo ao poder". É um grito global por soberania popular. "Esses movimentos, até agora no Brasil, não têm conseguido produzir a ida de seus representantes para o Legislativo a fim de pressionar por sua agenda. Ao contrário. O que a gente vê é que esses movimentos atuam muito dentro na sociedade civil, e não conseguiram ou não pretendem se organizar institucionalmente." Enquanto isso, pontua, grupos conservadores conquistam cada vez mais espaço dentro dos Legislativos.

Helcimara. A mudança é que agora há novos grupos e novas pautas muito mais visíveis à medida que os partidos políticos estão fragilizados na sociedade contemporânea. "Isso faz com que apareçam grupos insurgentes antiestablishment. Tínhamos, até os anos 80 e 90, grupos de trabalhadores, ou seja, organização focada em clivagens socioeconômicas. Observamos agora que as pautas são pós-materialistas, em torno de gêneros, negros e outros nichos e temas. Ou seja, a forma de organização não foi muito alterada. O que se altera são os temas que organizam esses coletivos."

Em um país onde tudo é superlativo, a começar por sua dimensão territorial, as articulações de microatores e micropoderes ainda soa incipiente, mas o fato é que importantes arranjos transformadores estão ocorrendo. E começam sobretudo nas cidades. O lema comum a vários desses grupos, cuja maioria prefere se identificar como "apartidária", é iniciar um processo em que os cidadãos saiam de uma condição de passividade e comecem a agir, experimentando ações nas cidades num primeiro momento.

"As crises são necessárias para se criar o novo. Todo esse descrédito e essa falta de confiança no sistema político, a alta percepção da corrupção e outros fatores estão fazendo com que vários grupos de jovens, empreendedores que querem transformar o seu meio, se apresentem e se coloquem dispostos a pensar e a fazer coisas novas e de um jeito diferente", diz Marco Konopacki, coordenador de projetos de democracia e tecnologia do ITS (Instituto de Tecnologia e Sociedade).

Graduado em administração, mestre e doutor em ciência política, Konopacki, aos 34 anos, fala com entusiasmo da plataforma Mudamos, que viabiliza o debate de políticas públicas e a coleta digital de assinaturas para projetos de lei de iniciativa popular - para que chegue ao Congresso, é preciso coletar a assinatura de 1,5 milhão de pessoas, em cinco Estados. São duas toneladas de papel depositadas em Brasília.

O Congresso nunca conseguiu verificar as assinaturas de nenhum desses projetos, que acabam tramitando somente quando e se adotados por algum parlamentar. O mais notório projeto popular é o da Ficha Limpa, cuja certidão de batismo tem dezenas de parlamentares, ainda que seus pais biológicos sejam o povo.

Segundo Konopacki, apesar de a Constituição de 1988 ter estabelecido mecanismos de democracia e participação da população, o obstáculo para o exercício desses direitos são enormes. O ITS, criado em 2013 no Rio, usa a tecnologia para tornar o direito do cidadão mais efetivo, facilitando, por exemplo, a coleta de assinaturas com a plataforma Mudamos, que funciona em smartphones. Em 2014 o ITS criou a Plataforma Brasil para organizar grandes debates multissetoriais. Pouco depois, o nome da plataforma foi alterado para Mudamos.

As discussões sobre reforma política e segurança pública foram densas e promissoras. Os resultados, porém, inócuos. "A gente dependia de que parlamentares abraçassem as ideias para que elas se tornassem efetivas", diz Konopacki. Foi então que o Mudamos virou também um aplicativo que organiza uma participação popular de forte impacto. "Não depende tanto da vontade política e cria um canal direto de apresentação de propostas a partir da sociedade civil, da população, da iniciativa popular." Hoje, o Mudamos promove também as viradas legislativas, treinamentos e ciclos de debates que organizam essas ideias e as transformam em textos de projetos de lei bem elaborados, com possibilidades reais de tramitação, como é o caso do Bilhete Único de João Pessoa. O ITS conseguiu viabilizar a implantação do aplicativo Mudamos graças a um prêmio de inovação recebido pelo Google. Muitas das iniciativas em rede nas cidades, como as viradas legislativas, são organizadas por crowdfunding.

em Bangu e o Nossas - segundo Lago "laboratório criado para fortalecer o engajamento cívico no Brasil" - conseguiu alterar 80 políticas públicas no Rio.

"É engraçado ver esse despertar. Antes era muito difícil falar de política", diz Lago. A ideia do Nossas, uma ONG apartidária, é fortalecer a sensação de pertencimento da cidade. "As pessoas sabem que a cidade é delas, ou gostariam que a cidade fosse delas, e sabem que precisam se apropriar mais desta cidade, criar nesta zona de pertencimento a cidade de seus sonhos, influenciar decisões", afirma Lago, cientista político formado pela Sciences Po Paris, onde é professor visitante - a mesma onde estudou Emmanuel Macron, o presidente francês que catalisa a ideia de participação cidadã e oxigênio político.



Marco Konopacki, coordenador de projetos de democracia e tecnologia do ITS: plataforma Mudamos viabiliza o debate de políticas públicas — Foto: Divulgação

Hoje, a rede Nossas Cidades já é realidade no Recife, Igarapu, João Pessoa, Campina Grande, Rio, São Paulo, Ouro Preto, Campinas, Garopaba e Porto Alegre. O Nossas faz treinamentos em cidades habilitadas para implantar a rede, levando em conta o engajamento social da população local e o perfil de lideranças que querem estar à frente das mobilizações.

A atuação nas cidades, de acordo com Lago, é muito concreta e eficaz, dirimindo polarizações. "Não tem Dilma e Temer em lugar nenhum quando a gente fala de cidades. Isso é importante e positivo." Segundo Lago, é preciso que o brasileiro compreenda a democracia como conceito profundo. "Não estamos satisfeitos, nem você e nem eu, com a forma como a política está sendo tocada no Brasil. Mas o que mais consolida uma democracia não são governos, mas, sim, uma sociedade democrática. Uma sociedade profundamente democrática terá sempre um governo democrático." Com esse pilar, raciocina, "aí pode vir qualquer governo, pode vir Bolsonaro, pode vir Lula, Doria, qualquer coisa, que a sociedade democrática permite que a gente mantenha a democracia muito mais que governos e instituições". A rede Nossas é abastecida por doações de pessoas físicas e pela ajuda financeira de quatro fundações filantrópicas privadas. No Meu Rio. por exemplo.

crowdfunding.

As lutas e fronteiras urbanas têm inspirado novas atuações na política. O movimento Muitas pela Cidade que Queremos, criado na campanha eleitoral de 2016, lançou 12 candidaturas para a Câmara Municipal de Belo Horizonte: todas mulheres, trans ou travestis engajadas com movimentos sociais e populares. O slogan era "Votou em uma, votou em todas". Duas delas - Áurea Carolina e Cida Falabella - foram eleitas pelo PSol e tentam colocar em prática a experiência inovadora de mandato coletivo.

Empossadas, Áurea e Cida fundaram a Gabinetona - elas só usam o gênero feminino para suas ações e movimentos. A Gabinetona é, literalmente, um gabinete grandão, sem divisórias físicas, com portas voltadas para a rua, onde as duas vereadoras atuam coletivamente, como se fosse um único mandato. Nove das 12 candidatas lançadas pelo Muitas trabalham na Gabinetona: o "votou em uma, votou em todas" foi levado ao pé da letra. "Para nós não tem o menor sentido separar a dinâmica de trabalho. A Gabinetona tem 41 pessoas na equipe: dessas, 25 são mulheres, 24 negros, 15 LGBT, 4 moradores de ocupações urbanas e 1 mulher indígena", afirma Áurea Carolina, 34 anos, a vereadora mais votada de Belo Horizonte nas últimas eleições.

"A Gabinetona é resultado de uma construção política. Juntamos ativistas de várias lutas em um objetivo comum, de ocupar as eleições para que essas lutas pudessem influenciar as instituições. Esse caminho é indispensável. Mas não é o único. Ocupar os espaços de poder é uma exigência desta conjuntura. Ocupar as instituições é algo que a gente precisa levar muito a sério e desenvolver estrategicamente", diz Áurea Carolina, que tem formação em ciências sociais e ciência política. Ela reconhece que buscar a institucionalidade, via partidos políticos, é um laboratório e uma aprendizagem contínua. "Não dá para separar o processo de fazer das lutas desta vivência institucional."

A despeito da constatação, a vereadora admite que a vida institucional consome. "Isso aqui é ocupado basicamente por homens brancos, que não têm a menor relação com as lutas sociais, em geral." Ela se incomoda com o comportamento machista e diário dos homens, com o tipo de funcionamento das instituições, que não permitem um acompanhamento mais direto e transparente dos eleitores. Mas é essa combinação de lutas sociais dentro das instituições que pode mudar a cara das políticas públicas e do país, prega Áurea.

O Muitas busca interface com movimentos semelhantes fora do Brasil, que conciliam o oxigênio das lutas populares com a institucionalidade da política, como o Barcelona en Comú (Espanha), o Wikipolítica (México) e o Ahora Madrid (Espanha).

"Chegamos à conclusão de que parte da luta política hoje é pela transformação do sistema político. E só podemos fazer isso entrando para dentro do sistema", diz Isabella Gonçalves, ativista das Brigadas Populares em Minas Gerais e uma das candidatas do Muitas. As Brigadas existem há uma década em Minas e atuam hoje em nove Estados. Surgiram com a inquietação de estudantes de direito, medicina e ciências sociais que queriam "botar a mão na massa". "Tem de tudo nas Brigadas: médico, advogado, pedreiro, manicure, ex-presidiário", diz a jovem conhecida como Bella, com formação em ciência política e figura presente em ocupações e favelas mineiras, onde o Brigadas Populares computa uma militância de 30 mil pessoas. No Gabinetona, Bella é uma representante da luta por moradia digna.

O PSol, argumenta, estava com as portas abertas para ser "transbordado" por candidaturas independentes e ligadas a diferentes tipos de lutas populares. "Mas reconhecemos as limitações de modelos partidários. É



Conversa dentro da Gabinetona - experiência de mandato popular coletivo comandado por duas vereadoras - com carroceiros para discutir questões urbanas — Foto: Divulgação

A mesma inquietação sobre a necessidade de "oxigenar a política" levou à criação da Bancada Ativista, em São Paulo. Mais uma vez, a lógica era fazer algo diferente e novo, que se distanciasse das "estruturas políticas tradicionais". A Bancada Ativista nasceu no ano passado, quando os deputados se enfileiravam ao microfone do plenário da Câmara, justificando o voto a favor do impeachment. "Era um tal de dedicar o impeachment ao filho, à família brasileira... Aquilo começou a nos incomodar. Nesse momento, achamos que, se quiséssemos, não faltariam nomes com condições de mudar situações como essa", diz a jornalista e ativista Amanda Rahra.

"A gente começou a sentir um incômodo, a partir de um post do Caio Tendolini, um amigo", diz. "Ele marcou na mensagem alguns ativistas que, para ele, tinham cara para começar um movimento de entrar na política."

O movimento apoiou oito candidaturas para a Câmara Municipal de São Paulo. Entre eles, a única eleita foi Sâmia Bomfim, pelo PSol. "A espinha dorsal do que une essas pessoas é o desejo de renovação verdadeira da política e de levar pessoas novas ao campo institucional. Funcionamos como uma rede em que os participantes vão trazendo outras pessoas e o grupo cresce organicamente. Hoje somos aproximadamente 40 pessoas atuando de forma mais direta e mão na massa - e cerca de 200 pessoas que acompanham os assuntos e interferem de forma mais eventual", diz a coordenação coletiva do movimento.

A Bancada Ativista defende o lançamento de candidaturas independentes e listas cívicas no Brasil, para que pessoas possam concorrer às eleições sem necessidade de filiação a partidos. Enquanto isso não ocorre, os candidatos apoiados pela Bancada se filiaram ao PSol e Rede.

a coordenação. Para ser candidato da Bancada era preciso ter os seguintes predicados: nunca ter sido eleito, ter trajetória sólida em causas progressistas e inovar na forma de fazer campanha. "Para as próximas eleições, a ideia é continuar atuando de forma suprapartidária."

Em constante diálogo com o Muitas e o Gabinetona, a Bancada Ativista reconhece nessas experiências avanço sobre o mandato coletivo. "Hoje outros movimentos, como a Gabinetona e o modelo adotado por Pedro Kumamoto no México, dentre outros, têm mostrado como é possível ir mais fundo no sentido da experiência coletiva também durante o mandato, e como atuar enquanto movimento dentro dos espaços institucionais - para além do período eleitoral."

Nas instituições, afirmam os criadores da Bancada Ativista, prevalece a lógica do "em time que está ganhando não se mexe". "A movimentação política para mexer nesse time necessariamente precisaria vir de fora para dentro. Essa é a proposta de todos os movimentos. Todos estão trazendo para a pauta o tema da renovação política - e vale, inclusive, dizer que esse conceito de renovação já está se banalizando, e cada vez mais é preciso qualificá-lo", defendem os "ativistas".

Nem todos os coletivos organizados querem ocupar a política e partir para a batalha institucional. Mas a intenção de agir concretamente para alterar ou propor políticas públicas está presente em quase todos os grupos sociais, que exigem uma nova cultura política. "Se queremos mudar o nosso país, temos que ter atitude. As mudanças no Brasil começam nas cidades. E os resultados são fantásticos", diz Ney Ribas, presidente do Conselho de Administração do OSB.

O OSB criou redes voluntárias ao longo de uma década para vigiar as licitações e todas as compras públicas nas cidades. Existem hoje cem "observatórios" em funcionamento e outros 52 em processo de implementação. Na próxima década, a meta do OSB é criar um observatório em cada uma das 308 cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes. "O Observatório nasceu na necessidade de cuidar do recurso público antes que ele seja gasto. A metodologia prevê o monitoramento de todas as compras do município, desde a publicação do edital, certames, até a entrega do produto, do serviço lá na escola, no posto de saúde, nas construções de creches", diz Ribas, de 63 anos, empresário, ex-funcionário do Banco do Brasil e voluntário do OBS há uma década.

Atuando em parceria com empresas, entidades empresariais, igrejas, maçonaria e órgãos de controle, como tribunais de contas e Controladoria-Geral da União (CGU), o OBS conseguiu ao longo de uma década evitar que R\$ 2 bilhões fossem desperdiçados, ou por sobrepreço em licitações ou por compras indevidas sem pesquisa de mercado. "Uma simples atitude nossa, um simples trabalho, pode mudar a história da cidade. Isso é apaixonante", diz Ribas. Apesar de a OBS depender de doações de entidades empresariais e empresários, Ribas garante que todos são movidos pelo interesse público e que não há hipótese de se fazer vista grossa para licitação viciada, ainda que empresários colaboradores do observatório estejam envolvidos no processo.

Além dessa rede voluntária vigilante dos gastos do poder público, o OBS criou uma ferramenta digital, o site comprasgov.com.br. "É um robô que rastreia portais públicos do Brasil, diariamente, duas vezes por dia. Identifica o que as prefeituras e órgãos públicos estão comprando e disponibiliza gratuitamente para as empresas da cidade todos os editais", diz o empresário.

Veja em Valor Investe

Mais do Valor **Econômico**

Pescadores de áreas atingidas por óleo receberão bolsa a partir de segunda

13/12/2019 21:19 — Em Agronegócios

Argentina pode enfrentar nova saga com credores de dívida

13/12/2019 21:01 — Em Mundo

Defesa de Lulinha pede anulação e retirada de caso de Curitiba

A investigação é diretamente vinculada à que originou o processo que condenou Lula por corrupção e lavagem de dinheiro

13/12/2019 20:18 — Em Política



Executivos apontam 20 lições em inovação e empreendedorismo para 2020

O jantar Mind the Gap reuniu cem CEOs, executivos, representantes do governo, empreendedores e investidores para debater a inovação e o empreendedorismo no Brasil

13/12/2019 19:57 — Em Carreira

MPF conclui que cacique no Amapá morreu por afogamento

O corpo do cacique chegou a ser exumado para a perícia

13/12/2019 19:36 — Em Política

MPF propõe ação para que União suspenda decreto que facilita plantio de cana na Amazônia

13/12/2019 19:27 — Em Agronegócios

VEJA MAIS
